



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 03/03/2026

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Alencar Santana (PT - SP)** - O Deputado alertou que uma escalada de conflitos envolvendo os Estados Unidos no Oriente Médio pode elevar o preço do petróleo e provocar aumento no custo de alimentos e produtos no Brasil. Afirmou que disputas ligadas ao controle de petróleo impactam a economia global e podem atingir o cotidiano das famílias brasileiras. Também pediu o fim de ataques que podem ampliar o conflito internacional. Em outro ponto, anunciou que buscará esclarecimentos na CPMI do INSS sobre voos em aeronave particular utilizados por Nikolas e sobre recursos associados à campanha de Bolsonaro. Questionou a declaração desses gastos eleitorais e citou suspeitas ligadas a operações do banco Master com empréstimos consignados a aposentados.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado afirmou que o Banco de Brasília enfrenta crise após o escândalo envolvendo o Banco Master. Informou que o Presidente do BRB buscou Deputados Distritais para discutir um projeto apresentado como alternativa para salvar a instituição. Atribuiu responsabilidade ao Governador Ibaneis Rocha, a quem creditou decisões que teriam provocado prejuízo estimado em 12,2 bilhões de reais. Afirmou que o BRB sempre foi considerado um banco sólido e questionou a condução do caso pelo Governo local. Também pediu que Deputados Distritais não apoiassem a proposta em discussão e declarou que o Governador precisa responder pelos atos relacionados à situação do banco.

**Flávio Nogueira (PT - PI)** - O Deputado comentou conflitos envolvendo Irã, Estados Unidos e Israel e apontou impactos humanitários das guerras, como destruição de cidades e mortes de civis. Recordou o discurso apresentado em 1963 pelo chanceler brasileiro Araújo Castro na ONU, conhecido como “Discurso dos três Ds”, que defendia desenvolvimento, desarmamento e descolonização como caminhos para garantir soberania aos países. Afirmou que a indústria armamentista exerce influência em cenários de conflito e questionou a relação entre produção de armas e guerras. Também mencionou o papel da Organização das Nações Unidas na prevenção de conflitos internacionais e avaliou que disputas entre países com diferentes níveis de poder militar seguem presentes no cenário global.

**Leônidas Cristino (PDT - CE)** - O Deputado informou que a Câmara dos Deputados sediou o lançamento da Coalizão pelos Biocombustíveis, iniciativa coordenada pelo Deputado Arnaldo Jardim e formada pelas Frentes Parlamentares da Agropecuária, do Biodiesel, do Etanol e da Economia Verde. Informou que a coalizão foi criada com o objetivo de fortalecer o papel do Brasil como liderança em energia renovável e ampliar a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

participação de combustíveis renováveis na matriz de transporte. Afirmou que o grupo atuará junto ao Governo Federal na construção de um mapa do caminho nacional para o setor. Relatou que entre as diretrizes citadas estão o incentivo ao desenvolvimento tecnológico, o reconhecimento da produção de biocombustíveis sem prejuízo à oferta de alimentos, a análise do ciclo de vida dos combustíveis e a ampliação do acesso a financiamento.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado destacou ações voltadas ao Município de Iúna, no Espírito Santo, onde afirmou ter recebido a maior votação. Citou a implantação da estrada parque que liga a BR-262 a Iúna, à Pedra Roxa, em Ibitirama (ES), e a São José do Calçado (ES), beneficiando também os Municípios de Irupi (ES) e Ibitirama (ES). Afirmou que também foi viabilizada a construção de uma escola na comunidade de Santa Clara, obra em andamento. Relatou que Vereadores e lideranças locais solicitaram a instalação de um redutor de velocidade na estrada parque, diante do aumento do fluxo após o asfaltamento e da proximidade com a escola. Informou que encaminhou o pedido à Secretaria de Estado da Agricultura e ao Departamento de Edificações e de Rodovias do Espírito Santo.

**Geraldo Resende (PSDB - MS)** - O Deputado informou que Mato Grosso do Sul foi contemplado com seis unidades educacionais no programa conhecido como PAC Indígena, conforme publicação no Diário Oficial da União. Relatou que as escolas serão instaladas em aldeias localizadas nos Municípios de Mato Grosso do Sul como Dourados, Caarapó, Paranhos e Aquidauana, atendendo comunidades indígenas das reservas Jaguapiru, Bororó, Tey Ikuê, Pirajuí, Ipegue e Limão Verde. Afirmou que a conquista resultou de articulação junto ao Ministério da Educação e à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão. Citou a participação da secretária Zara Figueiredo e do FNDE no processo e avaliou que as novas estruturas ampliarão oportunidades educacionais para crianças indígenas no Estado. Também mencionou apoio do Governo Federal à iniciativa.

**Márcio Jerry (PCdoB - MA)** - O Deputado registrou o lançamento do livro *Desconstruindo o atraso brasileiro: por que o Brasil ainda não é o que pode ser*, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro Neto. Destacou que a obra apresenta reflexões sobre os desafios históricos e estruturais do País e reúne pesquisa e referências sobre o desenvolvimento nacional. Informou que o livro traz contribuições para o debate público e pode ser acompanhado por Parlamentares e pela sociedade interessada em discutir caminhos para o Brasil. Afirmou que a produção intelectual de integrantes do Parlamento fortalece o ambiente de reflexão e formulação de ideias na Casa. Também parabenizou o autor pela publicação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado relatou impactos das fortes chuvas que atingiram o sertão da Bahia, com registros de alagamentos, rios transbordando e prejuízos a moradores e comerciantes. Citou o caso do Município de Urandi (BA), onde foram registrados cerca de 230 milímetros de chuva em 24 horas, provocando invasão de água em casas e estabelecimentos. Também mencionou a situação em Guanambi (BA) e em cidades da região, onde barragens chegaram a transbordar. Informou que os episódios evidenciam a necessidade de planejamento urbano e investimentos em drenagem, limpeza de rios e infraestrutura. Solicitou atenção do Governo Federal, do Governo do Estado e das administrações municipais para ações de resposta e prevenção diante de eventos climáticos intensos.

**Ricardo Maia (MDB - BA)** - O Deputado manifestou solidariedade à população de Cícero Dantas (BA), atingida por fortes chuvas que causaram prejuízos materiais, danos à infraestrutura e impactos a famílias. Pediu intensificação do apoio do Governo do Estado e do Governo Federal, com liberação de recursos para ações de recuperação. Em outro momento, destacou agenda em Jaguaripe (BA), onde participou da entrega de obras como a nova base centralizada do Samu, pavimentação em Camassandi e a reestruturação do estádio municipal, fechado havia mais de dez anos. Também defendeu união entre Parlamentares e Governos para ampliar investimentos em infraestrutura, com projetos de drenagem capazes de reduzir impactos de chuvas intensas nos Municípios do sertão.

**Zé Silva (SOLIDARIEDADE - MG)** - O Deputado fez apelo ao Presidente da República para suspender a importação de leite e derivados da Argentina e do Uruguai. Afirmou que a entrada desses produtos no mercado brasileiro tem afetado produtores, sobretudo da agricultura familiar, ao pressionar os preços pagos pelo litro de leite. Relatou que produtores têm recebido valores entre 1,25 e 1,60 real, enquanto o custo de produção chega a cerca de 2 reais por litro. Defendeu a proibição do consumo no País de leite e derivados oriundos desses dois países enquanto seguem investigações antidumping. Também destacou a importância da atividade leiteira para famílias do meio rural e defendeu medidas para proteger a produção nacional.

**Delegado da Cunha (PP - SP)** - O Deputado destacou a importância da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Defendeu o reconhecimento da Polícia Municipal na Constituição, sem limitações de população ou acreditação pelos Estados, e reafirmou apoio à Polícia Penal, com ampliação de atribuições e fortalecimento armamentista. Também defendeu a divisão equitativa do Fundo de Segurança Pública entre Polícia Federal e Polícias Cíveis estaduais, a inclusão da Guarda Portuária no art. 144 e o reconhecimento de agentes socioeducativos e de trânsito como integrantes da segurança pública. Afirmou que todos os agentes fazem



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

parte de uma engrenagem única e declarou que continuará a lutar pela valorização de todas as fardas em São Paulo e no Brasil.

**Albuquerque (REPUBLICANOS - RR)** - O Deputado destacou a importância da votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública. Afirmou que guardas municipais e agentes de trânsito atuam na proteção das escolas e no controle do tráfico de drogas, contribuindo diretamente para a segurança da população. Relatou que a PEC não poderia ser aprovada sem incluir essas categorias no art. 144 da Constituição. Também solicitou ao Relator da proposta atenção especial às demandas desses trabalhadores, ressaltando sua relevância na ponta da segurança pública brasileira. Citou que o reconhecimento constitucional dessas categorias é fundamental para valorizar e fortalecer a atuação de guardas municipais e agentes de trânsito em todo o País.

**Geovania de Sá (PSDB - SC)** - A Deputada falou sobre sua trajetória e posicionamentos ao longo de seus mandatos, destacando defesa da vida desde a concepção, proteção da primeira infância e combate à adultização infantil. Afirmou que sempre defendeu a família como base da sociedade e transformou esses valores em ações concretas, apresentando projetos e atuando em defesa de escolas livres de militância ideológica. Também ressaltou seu apoio à liberdade econômica, responsabilidade fiscal e valorização do trabalhador, mantendo-se oposição ao atual governo. Informou que continuará representando brasileiros que defendem fé, família, vida e liberdade, e reiterou seu apoio ao Estado de Israel diante de conflitos internacionais. Ao final, pediu bênçãos para o Brasil, Santa Catarina e sua cidade natal, Criciúma (SC).

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado afirmou que o escândalo envolvendo o Banco Master não se restringe a ideologias e atingiu políticos de diferentes espectros. Citou que Vorcaro, dono do banco, realizou negócios com representantes de Direita e Esquerda, incluindo políticos ligados a Bolsonaro e ao PT. Informou que o cunhado de Vorcaro teria depositado 3 milhões de reais na conta do ex-Presidente Bolsonaro, e Nikolas Ferreira teria utilizado o avião do banqueiro durante dez dias de campanha no segundo turno. Criticou a postura de políticos que defendem moralidade enquanto se relacionam com esquemas de colarinho branco, alertando que a corrupção ocorre em todos os campos ideológicos. Concluiu que o povo brasileiro deve reconhecer os responsáveis por práticas corruptas na política.

**Padre João (PT - MG)** - O Deputado criticou ações militares dos Estados Unidos e de Israel, associando conflitos ao controle de recursos naturais e lamentando mortes de civis, especialmente mulheres e crianças. Expressou solidariedade ao povo do Irã diante dos ataques. Também manifestou apoio às famílias atingidas



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

por enchentes em cidades como Juiz de Fora (MG) e Ubá (MG), mencionando atuação de sua equipe no atendimento às vítimas e destacando auxílio de R\$ 200 mil garantido pelo Governo Federal para reconstrução de moradias. Apontou a importância do tema da moradia na Campanha da Fraternidade 2026, promovida pela CNBB com foco no direito à habitação digna e na redução do déficit habitacional no Brasil, que envolve milhões de pessoas sem moradia adequada.

**Carlos Jordy (PL - RJ)** - O Deputado criticou a demora na instalação da CPMI do Banco Master, protocolada há um mês com 281 assinaturas, número recorde que garante maioria suficiente na Câmara e no Senado. Acusou o Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, de adiar a instalação da comissão. Afirmou que a CPMI é inegociável e destacou que a investigação buscará esclarecer a atuação de familiares de Ministros, possíveis laranjas e a relação do Banco Master com operações de consignados e o Credcesta, ligadas ao Governo baiano. Também mencionou que a demora prejudica a liberdade de pessoas presas injustamente e reafirmou que a comissão deve ser instalada sem condicionamentos.

**Marcon (PT - RS)** - O Deputado comemorou o encerramento do polo de pedágios na região Sul, destacando que cinco praças nas BRs 116 e 392, criadas nos anos 2000 durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso, cobravam os mais altos valores do País, chegando a R\$ 19,50 por praça. Afirmou que os contratos beneficiavam as concessionárias em detrimento da população. Explicou que, a partir de agora, o Governo Federal e o DNIT assumiriam a administração dessas rodovias, garantindo serviços antes prestados pelas concessionárias. Também mencionou a Campanha da Fraternidade de 2026 e a Conferência das Cidades, ambas com foco no direito à moradia digna, ressaltando programas como Minha Casa, Minha Vida e investimentos em saneamento, lazer e esporte para melhorar a qualidade de vida da população sem moradia adequada.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado denunciou um caso de estupro coletivo envolvendo quatro homens que atacaram uma jovem de 17 anos do Colégio Pedro II. Criticou a gravidade do crime e pediu que a Justiça aplicasse a lei com rigor, ressaltando que atos como esse não podem ser normalizados. Destacou a urgência de uma resposta legal efetiva e a necessidade de proteção às vítimas, especialmente no contexto do mês em que se comemora o Dia da Mulher. Afirmou que a Justiça tem a oportunidade de demonstrar que a legislação brasileira garante punição a crimes dessa natureza, reafirmando a importância de responsabilizar os autores por atos de violência sexual.

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO)** - O Deputado registrou sua atuação na criação da CPI do roubo dos aposentados, que depois originou a CPMI. Relatou ter colhido pessoalmente a primeira assinatura e destacou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

que a investigação já resultou em quase 20 prisões, incluindo autoridades envolvidas. Afirmou que a iniciativa busca proteger aposentados, pensionistas, pessoas com deficiência e indivíduos atípicos, responsabilizando os autores pelos desvios de recursos. Criticou a gestão do PT e relacionou casos de corrupção ao Governo federal, reforçando que o trabalho da CPMI segue independente de filiação política. Por fim, itou o crescimento do pré-candidato Flávio Bolsonaro como referência política.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado comentou pesquisas recentes que indicaram queda na popularidade do Presidente Lula e aumento da aprovação do pré-candidato Flávio Bolsonaro. Criticou comparações feitas entre os filhos dos dois políticos, destacando que acusações sobre Flávio Bolsonaro não se confirmaram. Contrastou a trajetória financeira dos filhos, afirmando que o filho de Lula teria enriquecido rapidamente enquanto trabalhava com animais em zoológico, enquanto Flávio Bolsonaro não teve irregularidades. Usou o episódio para diferenciar, segundo ele, a postura da Esquerda e da Direita em relação a fatos e condutas, e reforçou que a comparação feita durante o debate não refletia a realidade sobre desvio de recursos.

**Ivan Valente (PSOL - SP)** - O Deputado criticou o Deputado Nikolas Ferreira, acusando-o de ter utilizado um avião do empresário Daniel Vercaro durante viagens realizadas na campanha eleitoral pelo Nordeste e por regiões de Minas Gerais. Afirmou ainda que haveria indícios de irregularidades e relações com integrantes da Igreja Lagoinha, defendendo que o caso seja investigado. Por fim, acusou o Partido Liberal de corrupção e afirmou que o Partido Socialismo e Liberdade possui pedido próprio de CPI sobre o tema, declarando que não apoiará iniciativas da extrema direita para tratar do assunto.

**General Girão (PL - RN)** - O Deputado criticou o Presidente Lula e afirmou que o atual Governo retomou práticas que já ocorreram em gestões anteriores. Manifestou também preocupação com a escalada de tensões no Oriente Médio, especialmente envolvendo o Irã, alertando para o risco de ampliação do conflito e possíveis impactos internacionais, como o aumento no preço dos combustíveis caso o Estreito de Ormuz seja fechado. Por último, criticou a posição diplomática brasileira diante do conflito e defendeu que o tema seja debatido no Congresso, inclusive com questionamentos ao Itamaraty.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado afirmou que as denúncias mencionadas anteriormente sobre o uso de aeronave ligada a Daniel Vercaro por aliados da oposição são graves e indicam contradições nas explicações apresentadas. Relatou que, enquanto surgem acusações envolvendo integrantes da oposição, o Governo do Presidente Lula estaria focado em políticas voltadas à população, como medidas relacionadas ao salário mínimo, à renda e à redução do Imposto de Renda.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado criticou a demora no pagamento do seguro-defeso aos pescadores no Estado do Acre. Afirmou que a situação tem gerado reclamações nas colônias de pesca, pois os trabalhadores ficam impedidos de pescar durante o período de defeso e, ao mesmo tempo, não estariam recebendo o benefício prometido pelo Governo Federal. Por fim, informou estar encaminhando ofícios aos Ministérios responsáveis para cobrar providências e a regularização imediata dos pagamentos.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou a prisão do ex-Presidente Jair Bolsonaro, classificando-a como injusta e resultado de uma suposta perseguição política. Afirmou que Bolsonaro estaria sendo submetido a tratamento cruel e a uma prisão que considera arbitrária e inconstitucional, acusando o Supremo Tribunal Federal e o Governo do Presidente Lula de terem criado uma narrativa para responsabilizá-lo.

**Domingos Sávio (PL - MG)** - O Deputado criticou o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, afirmando que a atual gestão seria marcada por corrupção e por supostos escândalos envolvendo recursos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Acusou também o Partido dos Trabalhadores de evitar investigações sobre o Banco Master ao não apoiar a criação de uma CPMI, e defendeu que todas as denúncias sejam apuradas. Além disso, criticou acusações contra Nikolas Ferreira e Jair Bolsonaro, classificando-as como falsas narrativas.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado afirmou que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro demonstra o desempenho positivo da economia na gestão do Presidente Lula. Atribuiu tal resultado às políticas econômicas do Governo, com destaque para as ações conduzidas pelo Ministro da Fazenda Fernando Haddad e pelo Vice-Presidente Geraldo Alckmin. Criticou, porém, opositores e analistas de mercado por previsões que não se confirmaram, como estimativas mais altas de inflação, dólar e desemprego, defendendo que as medidas adotadas pelo Governo estimularam a economia, o consumo e a indústria no País.

**Waldenor Pereira (PT - BA)** - O Deputado afirmou que o Município de Vitória da Conquista, na Bahia, vive o maior ciclo de investimentos de sua história, atribuído às ações do Governo do Presidente Lula e do Governador Jerônimo Rodrigues. Destacou que mais de 1 bilhão de reais estão sendo aplicados em obras e programas nas áreas de abastecimento de água, habitação, saúde, educação, infraestrutura, segurança pública e apoio à agricultura familiar. Ressaltou ainda que esses investimentos, como a construção da barragem do Catolé, expansão do saneamento e implantação de escolas de tempo integral, contribuem para o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população local.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Maria Rosas (REPUBLICANOS - SP)** - A Deputada destacou, durante o mês da mulher, as iniciativas legislativas voltadas ao combate à violência contra a mulher na Câmara dos Deputados. Como Procuradora Adjunta da Mulher, informou que oito projetos de lei sobre o tema estão em tramitação e três já se tornaram leis, incluindo a que determina o funcionamento 24 horas das Delegacias de Defesa da Mulher. Ressaltou ainda que o enfrentamento ao feminicídio e às diversas formas de violência — física, psicológica e política — deve envolver toda a sociedade, defendendo a união de esforços, ações concretas e recursos para fortalecer o atendimento e a proteção às mulheres.

**Icaro de Valmir (PL - SE)** - O Deputado comentou disputas políticas em Sergipe, envolvendo seu partido. Rejeitou acusações de que seu grupo político teria traído o Partido Liberal, destacando a trajetória de seu pai, Valmir de Francisquinho, no fortalecimento da legenda no Estado e, lembrando que seu grupo apoiou Jair Bolsonaro em 2018. Por fim, afirmou que sua atuação prioriza as demandas locais, mantendo oposição ao Governo Estadual de Fábio Mitidieri e ressaltando que seu mandato busca representar diretamente as necessidades da população sergipana.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado criticou um episódio ocorrido durante o Carnaval no Distrito Federal, no qual um Deputado Distrital teria contestado a ação de um policial que abordava vendedores de maconha. Relatou que um promotor de Justiça Militar demonstrou parcialidade ao aparecer em foto com o Parlamentar e afirmar que abriria investigação contra o policial. Por fim, informou que apresentaria uma representação contra o promotor, defendendo que eventuais erros de policiais devem ser apurados com imparcialidade.

**Maria Rosas (REPUBLICANOS - SP)** - A Deputada agradeceu ao seu partido pela indicação para presidir a Comissão de Comunicação da Câmara dos Deputados em um ano eleitoral. Destacou que o Tribunal Superior Eleitoral publicará em breve novas normas sobre o uso das redes sociais e aplicativos de mensagens nas campanhas e ressaltou que é a primeira mulher a assumir a presidência da comissão, além de ter sido eleita por unanimidade pelos colegas.

**Prof. Reginaldo Veras (PV - DF)** - O Deputado criticou uma fraude envolvendo o Banco de Brasília, afirmando que teria ocorrido um rombo de cerca de 12 bilhões de reais atribuído ao Governo do Distrito Federal. Destacou que o governo estaria tentando usar terrenos públicos como garantia para obter empréstimos e cobrir o prejuízo, o que comparou a alguém que rouba dinheiro e depois pede os bens da própria vítima para pagar a dívida. Defendeu também investigações amplas e afirmou que qualquer autoridade envolvida — Governadores, Ministros, familiares de presidentes ou Deputados — deve ser responsabilizada e punida, com apoio das apurações da Polícia Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Paulo Folletto (PSB - ES)** - O Deputado criticou situações do Supremo Tribunal Federal, citando casos envolvendo o Ministro Alexandre de Moraes e questões financeiras, além das irregularidades no INSS sob gestão do ex-Ministro Lupi, afirmando que tais situações dificultarão a defesa do Governo durante a campanha eleitoral. Elogiou, porém a estabilidade administrativa proporcionada pelo Presidente Lula e destacou sua admiração pelo Ministro Haddad, ressaltando a serenidade e honestidade de sua gestão. Por fim, defendeu que o Congresso, sob liderança do Presidente Hugo Motta, assumisse maior protagonismo em suas responsabilidades para evitar intervenções do Judiciário no Poder Legislativo.

**Clarissa Tércio (PP - PE)** - A Deputada informou que a Polícia Militar de Pernambuco recebeu novas viaturas e equipamentos para reforçar a segurança pública no Estado. Afirmou que foram destinados cerca de 2,3 milhões de reais em recursos, em parceria com o Deputado Estadual Júnior Tércio, com o objetivo de fortalecer a atuação da corporação. Por fim, destacou que a pauta é prioridade em seu mandato, prestando ainda homenagem aos policiais militares pernambucanos, chamados de “laranjinhas”.

**Paulão (PT - AL)** - O Deputado criticou a empresa Braskem pelo desastre ambiental ocorrido há oito anos em Maceió (AL), que teria afetado mais de 60 mil pessoas e destruído cerca de 15 mil imóveis, sem que até hoje haja reparação completa ou punição aos responsáveis. Criticou também a atuação do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União, afirmando que lideranças comunitárias que denunciaram o caso estariam sendo prejudicadas. Mencionou ainda a ocupação de órgãos ligados ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e ao Ministério da Agricultura e Pecuária por movimentos agrários em Alagoas, relacionada a uma disputa judicial envolvendo terras associadas ao grupo do ex-Deputado João Lyra, e defendeu maior celeridade do Judiciário para resolver o conflito e atender os trabalhadores afetados.

**Rafael Fera (PODE - RO)** - O Deputado relatou um crime ocorrido no Município de Ariquemes (RO), no qual uma jovem de 17 anos teria matado o avô e ferido gravemente a avó para obter herança. Defendeu mudanças na legislação penal e manifestou apoio à redução da maioridade penal no Brasil, citando debate relacionado à chamada PEC da Segurança e comparando com regras existentes na Argentina. Por fim, argumentou que a atual legislação gera sensação de impunidade e que o tema deve ser discutido urgentemente pelo Congresso.

**Domingos Sávio (PL - MG)** - O Deputado criticou o momento político do Brasil, afirmando que há uma inversão de valores e acusando o Governo do Presidente Lula de corrupção e de proteger criminosos. Defendeu ainda a instalação de uma CPMI para investigar supostas irregularidades envolvendo o Banco



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

Master e criticou Parlamentares do PT por dificultarem a investigação. Além disso, mencionou acusações contra aliados do Governo e pediu a derrubada de um veto presidencial para permitir a anistia de pessoas presas pelos atos de vandalismo relacionados aos eventos de ataques de 8 de janeiro em Brasília, argumentando que muitos seriam inocentes.

**Rafael Fera (PODE - RO)** - O Deputado reiterou seu posicionamento sobre um caso ocorrido em Rondônia, no qual uma jovem de 17 anos atirou contra os próprios avós, destacando que a avó só sobreviveu porque fingiu estar morta. Defendeu a redução da maioria penal e manifestou apoio ao relator da Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública, que pretende manter no texto a possibilidade de responsabilização penal a partir dos 16 anos.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado criticou a posição do Governo brasileiro diante dos acontecimentos recentes envolvendo o Irã e a intervenção dos Estados Unidos, afirmando que o Brasil estaria adotando uma postura contrária aos que defendem a paz mundial. Condenou o regime iraniano, classificando-o como uma ditadura teocrática responsável por violações graves de direitos humanos, como perseguição a opositores, repressão a mulheres e execuções públicas. Também acusou o PT e o Governo de demonstrarem tolerância ou apoio ao regime iraniano e defendeu que o Brasil deveria se alinhar a países que promovem a paz e a democracia, criticando a postura diplomática adotada pelo Governo.

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado comentou um crime ocorrido no Município de Sorriso (MT), no qual uma mãe e três filhas foram assassinadas, classificando o caso como bárbaro. Criticou o fato de o condenado ter solicitado à Justiça a possibilidade de estudar e trabalhar no sistema prisional para reduzir a pena por meio da remição. Afirmou que benefícios desse tipo não deveriam ser concedidos a autores de crimes considerados extremamente graves. Além disso, mencionou a tramitação de um projeto de lei na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) que pretende estabelecer regras mais rígidas para impedir que condenados por crimes hediondos tenham acesso à remição de pena por estudo ou trabalho.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado registrou a presença de Vereadores do Município de Acrelândia (AC) que visitavam o Congresso Nacional para acompanhar os trabalhos legislativos. Citou os Vereadores Dr. Vitor Martineli, Alex Gomes e Renato Almeida, destacando a atuação deles na Câmara Municipal e as demandas apresentadas ao mandato parlamentar. Por fim, mencionou a destinação de recursos por meio de emendas para o Município, especialmente para áreas como saúde e infraestrutura, afirmando que novos pedidos foram apresentados durante a visita para ampliar os investimentos e melhorias na cidade.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Rogério Correia (PT - MG)** - O Deputado afirmou que investigações na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apontariam relações entre dirigentes do Banco Master e setores ligados ao bolsonarismo. Afirmou que o banco teria sido autorizado a operar durante a gestão de Roberto Campos Neto e posteriormente passou a atuar com crédito consignado vinculado ao INSS. Além disso, mencionou denúncias sobre supostas irregularidades envolvendo aposentados e criticou conexões políticas e religiosas associadas ao caso, citando nomes como Jair Bolsonaro, Tarcísio de Freitas e Nikolas Ferreira. Também fez referência à Igreja Batista da Lagoinha, mencionando supostos vínculos de pessoas ligadas à instituição com o caso. Por fim, declarou ter solicitado a convocação e quebra de sigilo de envolvidos para esclarecimentos na CPMI do INSS, defendendo a continuidade das investigações sobre eventuais irregularidades relacionadas ao banco e ao sistema de crédito consignado.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado destacou a presença do Vereador Tássilo Weber, do Município de Portão (RS), ressaltando que ele foi o candidato mais votado da cidade. Também mencionou o Prefeito Kiko Hoff, elogiando a gestão local. Por fim, apresentou o Vereador como exemplo de jovem liderança política e incentivou outros jovens a participarem da vida pública com compromisso com o país, defendendo que a política deve ser exercida com espírito de serviço à sociedade.

**Any Ortiz (CIDADANIA - RS)** - A Deputada afirmou que o crescimento econômico registrado em 2025 ocorreu acompanhado de aumento da carga tributária, criticando o que classificou como sucessivos reajustes ou criação de impostos pelo Governo Federal. Afirmou que a arrecadação teria atingido cerca de R\$ 2,89 trilhões no período, resultado que, em sua avaliação, estaria ligado à elevação de tributos e teria impacto no poder de compra da população. Também mencionou indicadores que considera preocupantes para a economia, como aumento de pedidos de falência de empresas e crescimento da informalidade no mercado de trabalho. Além disso, criticou a ampliação de alíquotas de importação para diversos produtos, argumentando que a medida poderia elevar preços em setores como saúde, agro e tecnologia. Por fim, afirmou que a reação da sociedade teria levado o Governo a rever parte dessas decisões, defendendo maior estímulo ao empreendedorismo e redução da carga tributária para trabalhadores e empresas.

**Dr Flávio (PL - RJ)** - O Deputado registrou a presença do Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro, Felipe Brasil, e do Chefe de Gabinete da pasta, Jorge Cavalcante. Informou que ambos participaram de reunião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), destacando o intercâmbio de informações com Parlamentares ligados ao setor. Por fim, mencionou a experiência técnica do Secretário como engenheiro agrônomo e ressaltou a importância do diálogo entre gestores estaduais e o Congresso Nacional para o debate de pautas relacionadas ao agronegócio.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada destacou a sub-representação feminina, especialmente de mulheres negras, nos espaços de decisão da administração pública, afirmando que, embora as mulheres sejam maioria na sociedade, ainda ocupam parcela reduzida dos cargos ligados a orçamento, planejamento, desenvolvimento e infraestrutura. Nesse contexto, apresentou a iniciativa “Maré de PLs – Cotas na gestão pública”, articulada pela Rede A Ponte, da qual atua como embaixadora. Explicou que a proposta defende que Estados e Municípios estabeleçam reserva de vagas para mulheres em cargos comissionados e funções de confiança do Poder Executivo, com objetivo de avançar para a paridade e incluir recorte racial. Também conclamou Parlamentares a levarem a proposta para suas bases políticas, estimulando a apresentação de projetos semelhantes em assembleias legislativas e câmaras municipais, além de dialogar com Prefeitos e Governadores para ampliar a presença feminina nos espaços de decisão da gestão pública.

**Tadeu Veneri (PT - PR)** - O Deputado criticou o que classificou como discursos de julgamento moral recorrentes no debate político, citando uma passagem do Evangelho de Lucas sobre não julgar ou condenar outras pessoas. Em seguida, mencionou notícias divulgadas pela imprensa envolvendo o Deputado Nikolas Ferreira e o uso de aeronave ligada ao Banco Master, instituição associada ao empresário Daniel Vorcaro. Afirmou que reportagens apontariam que o banco teria disponibilizado avião utilizado por Nikolas Ferreira durante deslocamentos pelo país no período eleitoral. Também afirmou que não faria julgamento antecipado sobre os fatos, mas questionou a coerência de críticas feitas anteriormente pelo Deputado a outras autoridades em situações semelhantes. Por fim, defendeu que a conduta política deve ser pautada por coerência entre discurso e prática, criticando o que considerou postura contraditória de setores da extrema direita no debate público.

**Coronel Assis (UNIÃO - MT)** - O Deputado criticou o pedido apresentado por Gilberto Rodrigues para descaracterizar um crime de furto e, assim, buscar acesso a trabalho e estudo no sistema prisional para remição de pena. Afirmou que o condenado foi responsável pelo assassinato de quatro mulheres no Município de Sorriso (MT), e casos dessa gravidade não deveriam ter facilidades para redução de pena. Também afirmou que o Brasil enfrenta um cenário de alta incidência de feminicídios, citando dados segundo os quais quatro mulheres seriam assassinadas por dia no país. Criticou a atuação do Governo Federal no enfrentamento do problema e destacou que Municípios de Mato Grosso, como Cáceres, Lucas do Rio Verde, Sinop, Sorriso, Rondonópolis, Várzea Grande e Cuiabá, registrariam índices de homicídios de mulheres acima da média nacional. Por fim, cobrou a ampliação da estrutura de atendimento às vítimas no Estado, afirmando que existem apenas oito delegacias especializadas para atender mais de três milhões de habitantes em Mato Grosso, sendo que somente a unidade de Cuiabá funciona 24 horas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Vicentinho (PT - SP)** - O Deputado prestou manifestação de apoio ao influenciador digital Thiago Reis, elogiando sua atuação nas redes sociais e destacando sua postura crítica diante de injustiças e de adversários políticos. Disse que o influenciador teria sofrido ameaças, inclusive de morte, além de perseguições e bloqueios em plataformas digitais, o que demonstraria os riscos enfrentados por quem atua no debate público. Expressou solidariedade ao influenciador e afirmou que ele representa uma voz em defesa de setores populares da sociedade. Por fim, também o incentivou a ingressar na política institucional e disputar mandato parlamentar, defendendo que sua participação no Congresso poderia fortalecer o debate político e a denúncia de irregularidades e injustiças.

**Clarissa Tércio (PP - PE)** - A Deputada afirmou que pesquisa divulgada pelo instituto *Real Time Big Data* indicaria 51% de desaprovação ao Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, interpretando o resultado como sinal de insatisfação popular. Argumentou que manifestações recentes nas ruas também refletiriam críticas da população à condução do Governo Federal. Além disso, criticou declaração atribuída à Deputada Tabata Amaral e mencionou o Prefeito do Recife, João Campos. Em resposta à fala citada, defendeu o conservadorismo político e religioso, afirmando que esse conjunto de valores estaria ligado à defesa da família, da liberdade e de princípios morais. Por fim, dirigiu-se a eleitores e lideranças religiosas, pedindo atenção às posições políticas de candidatos e defendendo a mobilização de setores conservadores no debate público.

**Carol Dartora (PT - PR)** - A Deputada destacou o Dia Internacional da Mulher para denunciar a violência contra mulheres no Brasil. Citou casos recentes, como o estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro (RJ), e afirmou que o país registra, em média, cerca de seis mortes de mulheres por dia, classificando o cenário como alarmante. Explicou que o feminicídio e outras formas de violência contra mulheres não começam no ato extremo do assassinato ou do estupro, mas em práticas anteriores como assédio, importunação, violência psicológica e controle da autonomia feminina. Também ressaltou que mulheres negras enfrentam níveis ainda maiores de vulnerabilidade, apontando a combinação entre machismo e racismo como fator agravante dessas violências. Defendeu medidas para enfrentar o problema, como o fortalecimento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, com monitoramento e resposta rápida às vítimas, além da ampliação das unidades da Casa da Mulher Brasileira. Por fim, afirmou que o enfrentamento da violência de gênero exige mudança de comportamento social, com responsabilização de agressores e maior participação dos homens na transformação dessa realidade.

**Roberto Monteiro Pai (PL - RJ)** - O Deputado registrou homenagem ao comandante do 12º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Coronel Leonardo Ribeiro de Oliveira, destacando seus 30 anos de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

atuação na corporação. Ressaltou que o oficial reuniu autoridades da área de segurança pública em evento realizado em Niterói (RJ), com a presença de representantes das polícias, da guarda municipal e de órgãos locais. Mencionou ainda que o comandante participava, no momento do pronunciamento, de ação na 76ª Delegacia de Polícia de Niterói, onde teria ocorrido a apreensão de cinco fuzis. Também destacou a atuação do comando da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, sob a liderança do comandante-geral Coronel Menezes. Por fim, afirmou que seu mandato tem priorizado investimentos e apoio institucional a órgãos de segurança pública do Estado, incluindo as polícias militar, civil e penal, o corpo de bombeiros e outras estruturas voltadas à proteção da população.

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada criticou o que considera intervenções externas em países soberanos e defendeu o respeito ao multilateralismo e à autodeterminação dos povos. Ressaltou que nenhuma nação deveria sofrer imposições políticas ou econômicas de outras potências, afirmando que o próprio Brasil não aceitaria interferências desse tipo em suas decisões internas. Fez críticas à política externa do Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a quem atribuiu uma postura de imperialismo e de pressão sobre diferentes países. Também mencionou o Primeiro-Ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, ao comentar a situação no Oriente Médio. Citou conflitos e tensões envolvendo territórios como Faixa de Gaza, Irã, Cuba, Venezuela, Iraque, Afeganistão e Iêmen, defendendo que cada país tem o direito de decidir seus rumos políticos sem interferência estrangeira. Por fim, alertou para possíveis tentativas de influência externa em processos políticos e eleitorais e afirmou que o Brasil deve preservar sua soberania e atuar em defesa de um sistema internacional baseado na cooperação entre nações.

**Pezenti (MDB - SC)** - O Deputado registrou a presença de autoridades do Município de Itapema (SC), destacando o Prefeito Alexandre Xepa, os Vereadores Márcio Silva e Nei Sassaki, além do Secretário de Administração Raphael Voltolini. Ressaltou o crescimento do Município catarinense e atribuiu esse desenvolvimento ao trabalho da população e à gestão local, que, segundo ele, atua com planejamento de longo prazo. Ao final, deu boas-vindas às autoridades presentes, afirmando que o plenário da Câmara é a “Casa do Povo” e também pertence aos representantes municipais.

**Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE)** - A Deputada fez um apelo ao Congresso para priorizar a votação de projetos voltados ao enfrentamento da violência contra mulheres. Disse que o aumento desses casos exige resposta legislativa urgente, e o Parlamento também tem responsabilidade quando adia ou deixa de votar propostas destinadas à proteção feminina. Mencionou o caso recente de estupro coletivo envolvendo uma adolescente na cidade do Rio de Janeiro (RJ), afirmando que episódios dessa natureza demonstram a gravidade da violência de gênero no país. Além disso, defendeu que o combate a esse tipo de crime não seja



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

tratado apenas no período simbólico do Dia Internacional da Mulher, mas como pauta permanente do Legislativo. Ao final, pediu que a Câmara avançasse na aprovação de projetos que resultem em leis efetivas para proteger meninas e mulheres.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado fez apelo ao Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga fraudes no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para que a condução dos trabalhos seja imparcial e amplie o alcance das investigações. Mencionou a aprovação da quebra de sigilo do empresário Fábio Luís Lula da Silva e defendeu que outras medidas semelhantes também sejam analisadas. Entre elas, citou pedidos de quebra de sigilo e convocações envolvendo o Clava Forte Bank, além de solicitações relacionadas ao Senador Flávio Bolsonaro, ao ex-Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e ao Governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro. Por fim, ressaltou que o objetivo é garantir que todos os envolvidos sejam investigados e que a comissão esclareça responsabilidades em supostos desvios envolvendo aposentados e pensionistas, independentemente de alinhamentos políticos.

**Heitor Schuch (PSB - RS)** - O Deputado comparou indicadores econômicos recentes para criticar o nível da taxa básica de juros no país. Registrou que enquanto a inflação de 2025 teria sido de 4,26% e o salário mínimo teve reajuste de 6,79%, os aposentados que recebem acima do mínimo tiveram correção de 3,9%, a caderneta de poupança rendeu cerca de 6,17% e a Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Taxa de Juros Selic) alcançou 15%. Avaliou que a manutenção da Taxa Selic em patamar elevado, definida pelo Banco Central do Brasil (Bacen), encarece o crédito, aumenta o custo de financiamentos e pressiona as dívidas das famílias, além de desestimular investimentos produtivos. Além disso, afirmou que juros altos também afetam setores como o comércio e a agricultura, ao reduzir o consumo e pressionar os preços de produtos agrícolas. Por fim, defendeu que a autoridade monetária reveja a política de juros para evitar impactos negativos sobre trabalhadores, produtores e empresas.

**Joseildo Ramos (PT - BA)** - O Deputado defendeu a atual condução da economia brasileira e pediu um debate político mais qualificado, baseado em indicadores macroeconômicos. Ressaltou que mesmo com juros elevados, o País registra níveis historicamente baixos de desemprego, apontando que a taxa atual estaria entre as menores das últimas duas décadas. Também criticou gestões anteriores, citando denúncias envolvendo áreas como educação e meio ambiente, além de mencionar episódios de exploração ilegal de madeira. Afirmou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro responde judicialmente por atos relacionados a tentativa de ruptura institucional, ressaltando a importância da defesa da democracia. Por fim, comparou políticas econômicas entre diferentes Governos, destacando a valorização do salário mínimo e afirmando que o debate público deve se basear em fatos e resultados econômicos percebidos pela população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado criticou a Proposta de Emenda à Constituição nº 8, de 2025, que dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil, a denominada PEC da escala 6x1, defendendo que a matéria não seja pautada para votação. Argumentou que a mudança representaria um retrocesso nas relações de trabalho e poderia desestimular a produtividade. Além disso, afirmou que o trabalho é elemento essencial para o desenvolvimento individual e econômico e mencionou declarações do empresário Elon Musk sobre a importância de jornadas mais longas de trabalho. Também fez referência a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, defendendo que esse tipo de auxílio deve ter caráter temporário. Por fim, reiterou sua posição contrária à proposta que altera a escala de trabalho 6 por 1.

**Welter (PT - PR)** - O Deputado abordou o papel da família como base da sociedade brasileira. Em seguida, destacou ações do Governo Federal voltadas à melhoria das condições de vida da população. Citou a política de valorização do salário mínimo acima da inflação e a aprovação do programa Pé-de-Meia. Além disso, apontou políticas de segurança e iniciativas sociais, como o Fome Zero, ao afirmar que o Brasil saiu do Mapa da Fome. Concluiu defendendo políticas públicas voltadas à proteção e ao fortalecimento da família brasileira.

### ORDEM DO DIA

**Rodrigo da Zaeli (PL - MT)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, que garante o internamento voluntário de menores para tratar dependência química, bem como, a permanência, destes quando estejam sob a tutela de pais ou mães dependentes químicos em tratamento voluntário, de forma a garantir a continuidade do vínculo familiar durante o processo de recuperação, em instituições de tratamento credenciadas pelos órgãos públicos, assegurando ambiente apropriado e recursos especializados.

**Welter (PT - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, que garante o internamento voluntário de menores para tratar dependência química, bem como, a permanência, destes quando estejam sob a tutela de pais ou mães dependentes químicos em tratamento voluntário, de forma a garantir a continuidade do vínculo familiar durante o processo de recuperação, em instituições de tratamento credenciadas pelos órgãos públicos, assegurando ambiente apropriado e recursos especializados.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, que garante o internamento voluntário de menores para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

tratar dependência química, bem como, a permanência, destes quando estejam sob a tutela de pais ou mães dependentes químicos em tratamento voluntário, de forma a garantir a continuidade do vínculo familiar durante o processo de recuperação, em instituições de tratamento credenciadas pelos órgãos públicos, assegurando ambiente apropriado e recursos especializados. Além disso, fez um apelo para adiamento da votação da matéria no Plenário.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, que garante o internamento voluntário de menores para tratar dependência química, bem como, a permanência, destes quando estejam sob a tutela de pais ou mães dependentes químicos em tratamento voluntário, de forma a garantir a continuidade do vínculo familiar durante o processo de recuperação, em instituições de tratamento credenciadas pelos órgãos públicos, assegurando ambiente apropriado e recursos especializados. Além disso, repudiou acusações feitas pela base do Governo Federal contra o Deputado Nikolas Ferreira, contestando tentativas de associar o Parlamentar a contratos e relações com instituições financeiras.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, que garante o internamento voluntário de menores para tratar dependência química, bem como, a permanência, destes quando estejam sob a tutela de pais ou mães dependentes químicos em tratamento voluntário, de forma a garantir a continuidade do vínculo familiar durante o processo de recuperação, em instituições de tratamento credenciadas pelos órgãos públicos, assegurando ambiente apropriado e recursos especializados.

**Carlos Jordy (PL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, que garante o internamento voluntário de menores para tratar dependência química, bem como, a permanência, destes quando estejam sob a tutela de pais ou mães dependentes químicos em tratamento voluntário, de forma a garantir a continuidade do vínculo familiar durante o processo de recuperação, em instituições de tratamento credenciadas pelos órgãos públicos, assegurando ambiente apropriado e recursos especializados.

**Pastor Sargento Isidório (AVANTE - BA)** - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, de sua autoria, que garante o internamento voluntário de menores para tratar dependência química e ameaçados por facções criminosas. Em seguida, afirmou que a proposta buscou permitir a internação de adolescentes dependentes químicos a pedido de pais ou responsáveis e mencionou que a iniciativa pretendeu atualizar regras relacionadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente para ampliar proteção a jovens em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

situação de risco. Também relatou a existência de menores acolhidos em unidades mantidas por sua instituição e citou penalidades judiciais relacionadas a essas internações. Por fim, apelou a Parlamentares de diferentes partidos para apoiar o projeto como forma de apoio às famílias brasileiras.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado afirmou que o Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, buscava enfrentar lacunas do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre a internação de adolescentes. Além disso, explicou que a proposta tratou da possibilidade de internação involuntária solicitada por pais ou responsáveis, com o objetivo de oferecer tratamento a jovens envolvidos com drogas. Também relatou que famílias enfrentam dificuldades para obter apoio institucional no enfrentamento da dependência química de seus filhos. Por fim, defendeu a aprovação da medida como forma de ampliar instrumentos de proteção às famílias e aos adolescentes.

**Talíria Petrone (PSOL - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, que garante o internamento voluntário de menores para tratar dependência química, bem como, a permanência, destes quando estejam sob a tutela de pais ou mães dependentes químicos em tratamento voluntário, de forma a garantir a continuidade do vínculo familiar durante o processo de recuperação, em instituições de tratamento credenciadas pelos órgãos públicos, assegurando ambiente apropriado e recursos especializados.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, que garante o internamento voluntário de menores para tratar dependência química, bem como, a permanência, destes quando estejam sob a tutela de pais ou mães dependentes químicos em tratamento voluntário, de forma a garantir a continuidade do vínculo familiar durante o processo de recuperação, em instituições de tratamento credenciadas pelos órgãos públicos, assegurando ambiente apropriado e recursos especializados.

**Bebeto (PP - RJ)** - O Deputado registrou a presença do Prefeito de Paraíba do Sul (RJ) no Plenário da Câmara dos Deputados. Em seguida, destacou a atuação do gestor municipal em Brasília (DF) na busca por recursos para investimentos no Município fluminense, mencionando também o apoio concedido por meio de emendas parlamentares.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, que garante o internamento voluntário de menores para tratar dependência química, bem como, a permanência, destes quando estejam sob a tutela de pais ou mães



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

dependentes químicos em tratamento voluntário, de forma a garantir a continuidade do vínculo familiar durante o processo de recuperação, em instituições de tratamento credenciadas pelos órgãos públicos, assegurando ambiente apropriado e recursos especializados.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado lembrou um caso divulgado na imprensa sobre um jovem que havia cometido homicídios e ferido outras pessoas quando tinha 16 anos, no Estado do Espírito Santo. Destacou que o autor do ataque foi libertado após cumprir três anos de medida socioeducativa, gerando indignação na sociedade. Por fim, defendeu que o Congresso Nacional avance no debate sobre a redução da maioridade penal como resposta a crimes graves praticados por adolescentes.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado manifestou sua opinião sobre o Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, sobre o tratamento de dependência química entre jovens. Afirmou que a internação voluntária apresenta limitações no enfrentamento do problema e defendeu a adoção de medidas de internação compulsória como forma de ampliar a eficácia das políticas de recuperação de dependentes químicos. Também mencionou a experiência de iniciativas voltadas ao tratamento e à reinserção de pessoas afetadas pelas drogas. Por fim, informou que pretende apresentar destaque durante a votação do mérito da matéria para estabelecer a internação compulsória como instrumento de combate ao uso de drogas entre jovens.

**Otoni de Paula (MDB - RJ)** - O Deputado criticou a posição do PT no debate sobre o Projeto de Lei nº 4.183, de 2024, acerca da internação de adolescentes envolvidos com drogas. Afirmou que a iniciativa apresentada pelo Deputado Pastor Sargento Isidório buscou atualizar dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente para permitir que pais e responsáveis pudessem solicitar a internação de filhos em situação de dependência química ou vulnerabilidade ao crime. Também mencionou decisões judiciais que impediam esse tipo de medida com base na legislação atual. Por fim, acusou partidos de Esquerda de dificultar mudanças na lei e afirmou que o projeto buscava apoiar famílias e proteger jovens.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Mauricio Marcon (PL - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, celebrou a decisão do Presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre, que manteve a quebra do sigilo de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, filho do Presidente Lula, aprovada na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, destacou que houve aumento real do salário mínimo durante o Governo Lula, ao



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

contrário da política salarial do Governo Bolsonaro, havendo inclusive ganhos reais para as categorias de trabalhadores da iniciativa privada.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, contestou os dados do IBGE sobre o ganho real do salário mínimo durante o Governo Lula e criticou os que dizem defender os pobres, mas votam para aumentar os salários de categorias de servidores que já ganham bem.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, condenou a atuação tendenciosa do Procurador-Geral da República, Paulo Gonet, destacando sua leniência com o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Supremo Tribunal Federal (STF) e seus inquéritos ilegais contra a Direita.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, elogiou o ganho real do salário mínimo durante o Governo Lula. Além disso, destacou que o Governo Federal não teme a quebra de sigilo e defendeu a investigação da Polícia Federal sobre voos de Parlamentares na aeronave do banqueiro Daniel Vercaro e a doação de três milhões de reais ao ex-Presidente Bolsonaro pelo cunhado de Vercaro. Condenou ainda a declaração do ex-Presidente Bolsonaro, durante seu Governo, sobre interferência na Polícia Federal para proteger aliados. Por fim, sustentou que, durante o Governo Lula, a Polícia Federal e a Controladoria-Geral da União (CGU) revelaram a fraude no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e investigam as irregularidades do Banco Master.

**Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado questionou o Relator sobre o reajuste salarial previsto no Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público. Além disso, indagou se o aumento beneficia Promotores e Procuradores que já recebem acima do teto constitucional. Ademais, citou dados do Portal da Transparência, divulgados pelo jornal *O Globo*, sobre membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro com rendimentos superiores a cem mil reais mensais. Por fim, declarou apoio institucional ao Ministério Público, mas defendeu o fim dos supersalários, além de austeridade e transparência na política remuneratória.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado esclareceu que a recomposição salarial de 8% prevista no Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, não beneficia Procuradores nem Promotores. Ademais, enfatizou que a confusão resulta de matéria jornalística sobre salários extrateto de membros do Ministério Público e que a proposição em apreço não trata de penduricalhos, mas de recomposição salarial de servidores da instituição.

**Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL)** - O Deputado esclareceu que a recomposição salarial em três parcelas anuais de 8%, prevista no Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, beneficia exclusivamente os servidores das instituições, preservada a garantia do teto constitucional de remuneração.

**Kim Kataguiri (UNIÃO - SP)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Isnaldo Bulhões Jr. (MDB - AL)** - O Deputado contestou o Deputado Kim Kataguiri e esclareceu que o Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público, não cria polícia de Poderes. Ademais, afirmou que o Parlamentar sempre se opõe ao avanço dos trabalhadores e das carreiras de Estado.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público. Ademais, contestou o Relator da proposição, ressaltando que o Deputado Kim Kataguiri não é contra servidor, trabalhador ou serviço público, mas que a questão é debater a carga tributária imposta à população em razão do aumento salarial do funcionalismo público. Além disso, alertou para a elevada alíquota decorrente da reforma tributária, que prioriza o próprio Governo e seus funcionários em detrimento do povo. Por fim, declarou que quem gosta de trabalhador e de servidor defende um Estado enxuto e eficiente.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que altera a Lei nº 13.316, de 20 de julho de 2016, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 3.879, de 2024, que dispõe sobre as carreiras dos servidores do Ministério Público da União e as carreiras dos servidores do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Ossesio Silva (REPUBLICANOS - PE)** - O Deputado proferiu parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.716, de 2025, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar o gerontocídio crime autônomo e adequar majorantes nos crimes de homicídio e de lesão corporal.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.716, de 2025, altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tornar o gerontocídio crime autônomo e adequar majorantes nos crimes de homicídio e de lesão corporal. Além disso, posicionou-se pela investigação transparente no caso do Banco Master, envolvendo o empresário Vercaro, exigindo que todas as pessoas que viajaram no jatinho do empresário sejam apuradas, independentemente de filiação partidária ou religiosa, de modo a garantir a responsabilização sem protecionismo.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado declarou apoio ao Projeto de Lei nº 4.716, de 2025, que instituiu no Código Penal o crime de “gerontocídio”, ao afirmar que o ordenamento já vinha criando qualificações específicas, a exemplo do feminicídio, e que a ampliação de pena para homicídio contra pessoa idosa representava um avanço possível no momento. Também defendeu o aumento de penas para todos os tipos de homicídio, ao sustentar que a gravidade do crime não deveria variar conforme idade, sexo ou cor da vítima.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado afirmou que Projeto de Lei nº 4.716, de 2025, é importante para proteger pessoas idosas, diante da recorrência de agressões consideradas injustas e covardes, e avaliou que a criação do crime autônomo de gerontocídio, com penas de 20 a 40 anos, amplia as condições de responsabilização penal. Parabenizou o autor da proposta e comparou a iniciativa ao feminicídio. Além disso, sustentou que o aumento do contingente de idosos em relação ao de jovens tornara a medida oportuna. Por fim, declarou expectativa de aprovação no Senado e de sanção presidencial.

**Ribeiro Neto (PRD - MA)** - O Deputado considerou válida toda legislação que protege pessoas e avaliou que Projeto de Lei nº 4.716, de 2025, do gerontocídio, em tramitação na Câmara com seguimento para o Senado Federal, revestia-se de extrema importância. Destacou a vulnerabilidade de pessoas idosas, especialmente nas periferias, e citou casos de agressão e gerontocídio em São Luís (MA), cidade que representava. Por fim, conclamou os Senadores a darem encaminhamento o mais breve possível à matéria, de modo a ampliar a proteção às pessoas idosas.

**Mauro Benevides Filho (PDT - CE)** - O Deputado alertou para a discussão, na Casa, do Projeto de Lei Complementar nº 281, de 2019, que prevê a possibilidade de o Governo Federal aportar recursos do Tesouro em bancos em situação pré-falimentar. Manifestou preocupação com a destinação de dinheiro do contribuinte a instituições financeiras em dificuldades e informou que conversara com o Banco Central, com o Relator, Deputado Marcelo Queiroz, e com o Presidente da Casa sobre o tema. Por fim, defendeu a necessidade de cautela para evitar que recursos públicos fossem direcionados a bancos em situação de risco.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado saudou a presença do Senador Bruno Bonetti, do Estado do Rio de Janeiro, no Plenário da Câmara dos Deputados, e enalteceu o trabalho parlamentar desenvolvido por ele no Senado Federal.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada afirmou que a vida de todas as pessoas possuía o mesmo valor e questionou a diferenciação de penas conforme as características da vítima, ao citar colegas Parlamentares para ilustrar que todas as vidas deveriam ser tratadas de forma igual. Defendeu o aumento de pena para todos os tipos de homicídio, sem distinção, e, embora tenha declarado apoio ao Projeto de Lei nº 4.716, de 2025, que trata sobre o gerontocídio, assinalou que a proposta estava equivocada ao criar hierarquia entre vidas no ordenamento jurídico brasileiro.

**Ossesio Silva (REPUBLICANOS - PE)** - O Deputado agradeceu ao Parlamentar Castro Neto pela oportunidade de relatar Projeto de Lei nº 4.716, de 2025, que trata sobre o gerontocídio, bem como a todos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

os Deputados que participaram da discussão e votação. Destacou a importância da matéria diante do crescimento da população idosa no País e, por fim, manifestou expectativa de que o Senado Federal apreciasse a proposta para que se transformasse em lei de proteção às pessoas idosas.

**Carlos Veras (PT - PE)** - O Deputado proferiu parecer sobre o Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Neto Carletto (AVANTE - BA)** - O Deputado saudou a presença do Vereador Ademir Freire, de Eunápolis (BA), no Plenário da Câmara dos Deputados, e destacou que o Vereador representava a zona rural do Município e trazia pautas importantes para a sede, o extremo sul e a Bahia. Informou que o visitante comparecia em nome de todos os Vereadores da cidade e reiterou a importância da visita para a discussão de temas relevantes à região.

**Heloísa Helena (REDE - RJ)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional. Além disso, elogiou o relatório apresentado e homenageou o Deputado Túlio pela valorização da cultura, das rimas e do “duelo das palavras”, como caminho para aproximar crianças e jovens da arte e afastá-los do tráfico. Por fim, recitou uma poesia.

**Coronel Meira (PL - PE)** - O Deputado parabenizou o autor do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, Deputado Túlio Gadêlha, e o Relator, Deputado Carlos Veras, e, como pernambucano e Parlamentar votado nos Municípios do Pajeú, reconheceu que a Casa valorizava a cultura, a poesia, a prosa, o verso, os cantadores e os repentistas da região. Considerou justo aprovar o projeto, que reconhecia a Poesia do Pajeú como expressão cultural do sertão pernambucano e manifestação cultural nacional.

**Pedro Campos (PSB - PE)** - O Deputado parabenizou os Parlamentares Túlio Gadêlha e Carlos Veras, respectivamente autor e relator do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional. Além disso, recitou uma poesia de Rogaciano Leite.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado informou que o Partido Novo era favorável ao Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional. Além disso, parabenizou a relatoria do Deputado Carlos Veras e assinalou que o projeto representou homenagem à poesia do Pajeú. Homenageou familiares pernambucanos, com referência a Limoeiro, Salgadinho e Carpina, e enviou cumprimento aos pernambucanos. Por fim, relatou história familiar marcada pela ida da mãe ao Rio de Janeiro, pela morte do avô em acidente na Avenida Brasil e pela criação dos cinco sobrinhos em Santa Cruz.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Célia Xakriabá (PSOL - MG)** - A Deputada recordou que, junto com o Parlamentar Chico Alencar, foram considerados poéticos nos trabalhos da CCJC e, em seguida, recitou versos sobre a história do País, ao mencionar a invasão e as dores marcadas na memória. Além disso, citou o Rio São Francisco e o Pajeú como protagonistas dessa trajetória, exaltou as mulheres guerreiras do Nordeste e do Sul. Por fim, defendeu a cultura brasileira como elemento que cura a guerra e saudou a poesia do Pajeú, objeto do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado encaminhou a votação o Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Túlio Gadêlha (REDE - PE)** - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Coronel Meira (PL - PE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Leônidas Cristino (PDT - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Renildo Calheiros (PCdoB - PE)** - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Ribeiro Neto (PRD - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Túlio Gadêlha (REDE - PE)** - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.

**Carlos Veras (PT - PE)** - O Deputado agradeceu a aprovação do Projeto de Lei nº 4.254, de 2025, que reconhece a Poesia do Pajeú, expressão cultural da região do Pajeú, no Estado de Pernambuco, como manifestação da cultura nacional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Coronel Meira (PL - PE)** - O Deputado registrou que o tema do debate nacional envolveu o Deputado Nikolas Ferreira e questionou críticas sobre suposta relação com Daniel Vorcaro. Afirmou que o Deputado havia viajado há quatro anos em um avião pertencente a um grupo de sócios enquanto realizava atividades políticas pelo PL e pelo Brasil. Declarou apoio à proposta apresentada pelo Deputado Cabo Gilberto Silva para investigação do caso e defendeu a criação de uma CPMI para apurar questões relacionadas ao Banco Master. Afirmou que, caso o PT apoiasse a investigação sobre Nikolas, deveria também assinar o pedido de criação da comissão parlamentar. Criticou ataques ao que classificou como um dos principais líderes políticos do País.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Rodrigo Rollemberg (PSB - DF)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Gustavo Gayer (PL - GO)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Junio Amaral (PL - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Tadeu Veneri (PT - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), afirmando que o órgão estaria perseguindo magistrados por posições políticas. Defendeu a retirada de pauta da proposta que amplia sua estrutura. Acusou também tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF), de estarem aparelhados politicamente e criticou decisões judiciais e investigações envolvendo figuras da oposição. Saiu ainda em defesa do Deputado Nikolas Ferreira, questionou denúncias relacionadas ao Governo Lula e mencionou investigações discutidas na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do INSS, além de comentar episódios de tensão entre Parlamentares. Por fim, criticou a condução da política econômica pelo Ministro Fernando Haddad e questionou dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o crescimento econômico do País.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado criticou Parlamentares da Direita ao relacioná-los ao escândalo envolvendo o Banco Master. Afirmou que o Deputado Nikolas Ferreira utilizou, na campanha de 2022, um avião ligado ao empresário Daniel Vorcaro, apontado como figura central no caso, e citou conexões políticas com nomes como Ciro Nogueira, Jair Bolsonaro, Ibaneis Rocha e Cláudio Castro. Mostrou que as relações entre empresários, financiadores de campanha e decisões políticas indicariam que o escândalo envolve lideranças da Direita. Por fim, defendeu a instalação de uma CPMI proposta pelas Deputadas Heloísa Helena e Fernanda Melchionna para investigar o caso de forma mais ampla.

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado afirmou que o Governo do Presidente Lula tem apresentado propostas para combater o crime organizado, como o projeto antifacções e a PEC da Segurança Pública, mas que setores da extrema direita no Congresso tentam enfraquecer essas iniciativas. Criticou também a Oposição por rejeitar a taxação das *bets* como forma de financiar ações de segurança e citou operações da Polícia Federal



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

que teriam alcançado setores do sistema financeiro, incluindo investigações envolvendo o Banco Master. Além disso, mencionou o Deputado Nikolas Ferreira, defendendo que sejam investigadas possíveis relações dele com o banco e o uso de aeronave ligada ao empresário Daniel Vorcaro em campanha eleitoral. Por fim, defendeu investimentos federais e o fortalecimento do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) para enfrentar organizações criminosas.

**Gustavo Gayer (PL - GO)** - O Deputado criticou Parlamentares da Esquerda por defenderem investigações relacionadas ao Banco Master, afirmando que esses mesmos grupos não assinaram o pedido de CPMI sobre o caso. Em defesa do Deputado Nikolas Ferreira, disse que as acusações envolvendo o uso de um avião ligado ao empresário Daniel Vorcaro em 2022 são uma tentativa de atacar politicamente o Parlamentar. Pediu também investigações sobre possíveis relações do banco com autoridades e citou nomes como Rui Costa, Jaques Wagner, Guido Mantega, além dos Ministros do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. Por fim, criticou o Governo do Presidente Lula, acusando-o de tentar proteger aliados e de perseguir adversários políticos, além de afirmar que a quebra de sigilo de Lulinha traria novas revelações.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada criticou a tentativa de associar o Deputado Nikolas Ferreira ao escândalo envolvendo o Banco Master e o empresário Daniel Vorcaro, classificando a acusação como uma inversão de narrativa. Afirmou que, durante reunião da CPMI do INSS, Parlamentares teriam evitado investigar outros possíveis envolvidos no caso, incluindo o “Careca do INSS” e Lulinha. Mencionou também acusações ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli, e manifestou solidariedade a Nikolas Ferreira diante das acusações.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado criticou o sistema de pedágio eletrônico *Free Flow*, afirmando que, embora não seja contra a tecnologia, o modelo atual funciona como um “caça-níquel”. Destacou que, no Rio Grande do Sul, mais de meio milhão de motoristas já foram multados em cerca de R\$195 e receberam cinco pontos na CNH por não pagarem pedágios de cerca de R\$10 dentro do prazo de 30 dias. Por fim, informou que apresentou um projeto para permitir que o valor do pedágio não pago seja quitado posteriormente junto com o IPVA, sem aplicação de multa, defendendo o fim das penalidades automáticas do sistema.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada criticou o fato de a Câmara não estar debatendo de forma prioritária o feminicídio e a segurança das mulheres, alertando para o crescimento da violência de gênero no Brasil, incluindo casos de estupro, assédio e violência doméstica. Citou o caso recente de uma adolescente violentada no Rio de Janeiro como exemplo de uma cultura machista que banaliza a violência contra mulheres



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

e defendeu a necessidade de políticas públicas eficazes, prevenção, responsabilização dos agressores e fortalecimento da rede de proteção às vítimas. Cobrou também maior responsabilidade dos Parlamentares, especialmente dos homens, afirmou que não se calará diante do feminicídio e pediu mais ações concretas do Estado para garantir segurança e respeito às mulheres.

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada defendeu investigação profunda sobre suspeitas de crimes na alta cúpula financeira e informou que assinou dois pedidos de investigação no Congresso: a CPI apresentada pelo Deputado Rollemberg e a CPMI proposta pela Deputada Heloísa Helena. Afirmou que nomes ligados ao escândalo não pertenciam ao campo político da Esquerda, mas à extrema direita e declarou que a apuração deveria esclarecer responsabilidades e apresentar os envolvidos à sociedade brasileira.

**Alice Portugal (PCdoB - BA)** - A Deputada informou que assumiu a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, em substituição ao Deputado Reimont. Afirmou que a atuação no colegiado buscará fortalecer o conceito de direitos humanos ligado às condições de vida, à igualdade e ao bem viver. Pediu apoio para que a Comissão priorizasse o enfrentamento ao feminicídio, a apuração de casos como o estupro coletivo no Rio de Janeiro e a promoção de uma cultura de paz.

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado criticou manifestações com a frase “Acorda, Brasil!” e citou declarações do Governador de Minas Gerais, Romeu Zema, e do Deputado Nikolas Ferreira. Afirmou que a população mineira enfrentava consequências de chuvas e lama em cidades do Estado, situação que atribuiu à negligência do Governo Estadual. Por fim, citou suspeitas relacionadas ao Deputado Nikolas envolvendo o Banco Master e o empresário Vercaro.

**Bebeto (PP - RJ)** - O Deputado saudou lideranças municipais presentes na Câmara dos Deputados, entre elas Daniel Correia, Presidente do PSD em São João de Meriti (RJ), os Vereadores Geovany e Luciano, de Aperibé (RJ), além do Secretário João Wagner e de Léo, chefe de gabinete do Prefeito Roninho. Registrou solidariedade à população de Aperibé (RJ) diante dos impactos das chuvas que atingiram a região ao longo do ano. Por último, afirmou que seguiria atuando junto às autoridades locais para enfrentar os danos causados pelas chuvas e contribuir para melhorias no Município.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Rosângela Moro (UNIÃO - SP)** - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Tadeu Veneri (PT - PR)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada defendeu o Senador Flávio Bolsonaro, que foi inocentado de todas as acusações, e destacou que André Ceciliano, Secretário do Governo Lula, apresentou maior movimentação financeira atípica na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

**Kim Kataguri (UNIÃO - SP)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

Nacional de Justiça (CNJ). Ademais, apontou que o CNJ permitiu os supersalários no Poder Judiciário, pagamentos retroativos, penduricalhos e manutenção de privilégios. Além disso, destacou que os Governos Lula e Dilma, do Partido dos Trabalhadores (PT), contribuíram para privilégios tributários e financiamentos subsidiados a grandes empresários e a empresas como Odebrecht e OAS, além de terem mantido o oligopólio bancário numa época em que o Banco Central do Brasil não tinha autonomia e havia a possibilidade de intervenção estatal para estimular a concorrência no setor bancário.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ademais, sustentou que o CNJ protege privilégios e penduricalhos do Poder Judiciário e questionou a expansão do Estado em cenário de déficit fiscal. Além disso, responsabilizou o Governo Lula pelo desequilíbrio das contas públicas e criticou o aumento de tributos promovido pelo Ministro da Fazenda Fernando Haddad. Por fim, destacou que novas estruturas administrativas ampliam custos permanentes e prejudicam o contribuinte e o trabalhador brasileiro.

**Evair Vieira de Melo (PP - ES)** - O Deputado condenou a transferência do Delegado da Polícia Federal, Fábio Schor, para o gabinete do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. Ademais, destacou que o Delegado atuou nas investigações e prisões relacionadas aos atos de 8 de janeiro de 2023 e apontou a transferência como prova de conluio ideológico entre o Ministro e a Polícia Federal. Por fim, denunciou a atuação injusta das autoridades contra presos e contra o ex-Presidente Jair Bolsonaro.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Kim Katagiri (UNIÃO - SP)** - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, condenou o discurso de Deputados do Partido dos Trabalhadores (PT) de que o custo da proposição poderia ser financiado por emendas parlamentares, que foram criticadas pelo próprio Presidente Lula por ocasião da aprovação do orçamento. Por fim, afirmou que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

votou contrariamente ao orçamento federal com previsão de 60 bilhões de reais em emendas parlamentares e destacou a contradição da base de apoio do Governo.

**Reinhold Stephanes (PSD - PR)** - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Mauricio do Vôlei (PL - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ademais, condenou os penduricalhos - verbas indenizatórias - e supersalários do Poder Judiciário.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ademais, criticou o discurso de Deputados contrários à proposição, sustentando que os recursos deveriam ser investidos em gás para a população, mas votaram contrariamente à Medida Provisória nº 1.313, de 2025, que altera a Lei nº 14.237, de 2021, para modificar a denominação do Auxílio Gás dos Brasileiros para Auxílio Gás do Povo e criar nova modalidade de operacionalização do auxílio.

**Evair Vieira de Melo (PP - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além disso, criticou o programa Auxílio Gás do Povo, relatando casos em que o aumento do custo do frete do botijão de gás sobrecarrega o beneficiário.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei nº 5.490, de 2025, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ademais, celebrou a redução da pobreza e da fome, o acesso à habitação durante o Governo Lula e destacou que quinze milhões de famílias são atendidas pelo programa Auxílio Gás do Povo, contrastando com o desempenho do Governo anterior.

**Icaro de Valmir (PL - SE)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.

**Célia Xakriabá (PSOL - MG)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH. Além disso, ressaltou que o Brasil ainda figura entre os países com maior número de assassinatos de defensores de direitos humanos, com inúmeras denúncias registradas na Corte Interamericana. Ademais, destacou a aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2025, que aprova o texto do Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (“Acordo de Escazú”), assinado em Nova York, em 27 de setembro de 2018, como importante para a proteção de direitos humanos e ambientais, defendendo que o País avance na garantia de direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.

**Erika Kokay (PT - DF)** - A Deputada criticou o discurso do Deputado Bibó Nunes favorável à ampliação da jornada de trabalho para até 60 horas semanais, afirmando que propostas desse tipo desconsideram a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

convivência familiar e outras dimensões da vida humana. Ademais, recordou a mobilização histórica das mulheres de Nova York, em 8 de março de 1908, pela redução da jornada e por melhores condições laborais. Além disso, sustentou a necessidade de taxação dos super-ricos e a investigação de irregularidades e crimes pela Polícia Federal, citando o caso do Banco Master. Elogiou ainda as políticas do Governo Lula direcionadas ao combate à fome e à redução do desemprego. Adicionalmente, apontou que, no Governo Lula, a Polícia Federal atua sem interferências e condenou as declarações do ex-Presidente Bolsonaro sobre a possibilidade de intervir na corporação para proteger familiares e aliados. Por fim, defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.

**Rodolfo Nogueira (PL - MS)** - O Deputado registrou a presença, no plenário da Câmara, dos Vereadores Sindoley e Bugrão, de Paranaíba (MS). Destacou a representação política do Município e citou a força do agronegócio local, com pecuária, eucalipto, soja e cana-de-açúcar. Além disso, afirmou que os Vereadores representaram o partido e a Direita conservadora na cidade. Em seguida, avaliou que as transformações políticas do Brasil começaram nos Municípios e alcançaram Brasília. Por fim, reforçou mensagem de parceria com as lideranças locais e manifestou reconhecimento à atuação política no Município.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado comentou dados divulgados pelo Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o crescimento econômico do Brasil. Em seguida, contestou o índice de 2,3% apresentado pelo instituto e afirmou que houve manipulação das informações. Disse ainda que críticas partiram de servidores concursados do próprio órgão, que teriam sido afastados após questionarem os dados divulgados. Além disso, acusou o Governo Federal de indicar um dirigente com perfil político para o comando da instituição. Por fim, informou que protocolou pedido de criação de CPMI para investigar a divulgação dos números e possíveis irregularidades no instituto.

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.

**Alice Portugal (PCdoB - BA)** - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH. Em seguida, defendeu a criação de CPI ou CPMI destinada a investigar denúncias de fraude e prejuízos relacionados ao Banco Master. Afirmou que o rombo ultrapassou 50 bilhões de reais e envolveu recursos de fundos de pensão de servidores de diversos Estados e Municípios. Também citou casos envolvendo instituições e governos locais, incluindo recursos ligados ao Distrito Federal, Rio de Janeiro, Amapá e Alagoas. Ademais, declarou que as investigações deveriam alcançar agentes do setor público e privado. Ao concluir, afirmou que o PDT apoiava a apuração para esclarecer responsabilidades.

**Mauricio do Vôlei (PL - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.

**Duarte Jr. (PSB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.

**Gilson Marques (NOVO - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.

**Evair Vieira de Melo (PP - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo oferecido ao Projeto de Lei nº 591, de 2026, que cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização das Decisões dos Sistemas Internacionais de Direitos Humanos – DDH. Em seguida, chamou atenção para a situação das rodovias no Pará, com destaque para a BR-155 e a BR-158. Relatou que as estradas apresentaram buracos e condições precárias, o que afetava caminhoneiros e produtores rurais. Cobrou providências do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e criticou a gestão do órgão diante das demandas por manutenção das vias. Além disso, pediu a saída do presidente do DNIT, Fabrício de Oliveira Galvão, diante da situação das rodovias no Estado.

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado, no âmbito da votação do Projeto de Lei nº 591, de 2026, relatou a leitura da obra *Brasil: Nunca Mais*, que reúne depoimentos apresentados à Justiça Militar até 1979 sobre violações ocorridas durante a ditadura. Em seguida, afirmou que há Parlamentares que defendem a tortura e citou declarações atribuídas ao ex-Presidente Jair Bolsonaro favoráveis a essa prática e elogiosas a agentes do regime militar. Por fim, utilizou o episódio para criticar posicionamentos que relativizam violações de direitos humanos ocorridas no período.

**Icaro de Valmir (PL - SE)** - O Deputado agradeceu ao Presidente e aos Parlamentares pelo debate realizado em plenário durante a votação do Projeto de Lei nº 591, de 2026, do qual atuou como Relator. Em seguida, destacou que a proposta aprovada criou, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, um departamento para monitoramento e fiscalização das decisões dos sistemas internacionais de direitos humanos. Além disso, defendeu que o plenário priorizasse o debate sobre o conteúdo das proposições, em vez de disputas entre Direita e Esquerda. Por fim, agradeceu à Presidência da Casa, aos Parlamentares e mencionou a posse de Rodrigo Mudrovitsch na Corte Interamericana de Direitos Humanos.

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado homenageou Amir Haddad, mestre do teatro brasileiro e um dos fundadores do Teatro Oficina, destacando sua contribuição para a arte pública, conceituada como



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

manifestação artística que ocorre no espaço público de forma direta, gratuita e sem distinção de público. Ressaltou que Amir recuperou o sentido de festa do teatro e a dramaticidade dos festejos populares, além de instrumentalizar o ator a responder ao contemporâneo e ao eterno. Celebrou a essência do teatro de rua defendido por Amir, que busca levar o teatro às pessoas, e concluiu afirmando que o Rio de Janeiro o ama.

**Paulo Marinho Jr (PL - MA)** - O Deputado relatou que sua cidade, Caxias do Maranhão, foi alvo de operação da Polícia Federal para apurar crimes eleitorais, especificamente violência contra o direito eleitoral da mulher. Assinalou que, na última eleição, quando foi candidato a Prefeito, houve diversos crimes comprovados, inclusive intimidação de mulheres para que desistissem das candidaturas. Manifestou expectativa de que a Justiça puna os culpados e declarou que o crime organizado está presente na política brasileira, situação que precisa acabar.

**Mauricio do Vôlei (PL - MG)** - O Deputado manifestou satisfação com a regulamentação da Lei de Incentivo ao Esporte por meio do Decreto nº 12.861, de 2026, que estabelece a segurança para o esporte no País. Assinalou que a legislação ampliou a arrecadação da pessoa jurídica de 2% para 3%, alcançando 4% quando destinada a áreas de risco e pessoas com deficiência, além de fixar 7% para pessoa física. Por fim, destacou que essa medida permitirá triplicar, quase quadruplicar, o orçamento do esporte e proporcionar às crianças oportunidades de formação integral.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada manifestou respeito institucional ao participar da sessão solene em homenagem aos 55 anos da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e agradeceu ao Deputado Júnior Lourenço e à Presidência da Casa pelo acolhimento. Assinalou que a Associação se tornou referência pela articulação técnica, defesa de prerrogativas e compromisso com a autonomia do Ministério Público. Além disso, destacou que o XXVI Congresso Nacional do Ministério Público, realizado em 2025, reafirmou a vocação da entidade ao discutir inovação tecnológica, proteção de vítimas e enfrentamento à criminalidade organizada. Evidenciou que a Conamp contribuiu para avanços no combate à violência, à corrupção e na defesa dos direitos humanos, além de integrar diferentes gerações de membros do Ministério Público. Por fim, reconheceu que o fortalecimento da instituição contribui para a estabilidade democrática e a credibilidade das instituições.

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado criticou a falta de rumo do Governo, exemplificada pelo episódio da taxa dos componentes eletrônicos. Assinalou que o Governo, por meio do Gecex-Camex, decidiu acabar com a isenção de impostos para centenas de insumos com a justificativa de proteger a indústria nacional, medida que gerou pânico no setor produtivo, especialmente na Zona Franca de Manaus.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 14.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 03/03/2026

Apontou que, diante da reação negativa, houve o recuo em questão de dias. Além disso, afirmou que esse vaivém destrói a previsibilidade, essencial para o desenvolvimento econômico, e evidencia que o Governo é guiado por uma bússola eleitoreira, tomando decisões baseadas na repercussão política e não em fundamentos técnicos. Por fim, declarou que o País necessita de um Governo com rumo definido e responsabilidade na tomada de decisões.

**Rubens Pereira Júnior (PT - MA)** - O Deputado destacou a importância do Bolsa Família, enfatizando seu papel fundamental na luta contra a pobreza e na promoção da dignidade humana. Anunciou que os pagamentos para março de 2026 iniciarão no dia 18, seguindo o critério do último dígito do Número de Identificação Social (NIS), o que garantirá uma distribuição equilibrada dos recursos e evitará aglomerações. Também ressaltou que o valor do benefício foi reajustado conforme a inflação, preservando o poder de compra das famílias. Por fim, reafirmou o compromisso do Governo com a inclusão social e o desenvolvimento humano, destacando que o Bolsa Família é uma ferramenta essencial para um Brasil mais justo e igualitário.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado registrou a aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, do Projeto de Lei nº 3.303, de 2025, de autoria da Deputada Laura Carneiro, do qual foi relator. Informou que a proposta altera o Código de Processo Civil para permitir que o juiz decrete o divórcio no início do processo judicial quando houver manifestação clara de vontade de um dos cônjuges. Assinalou, ainda, que o divórcio é um direito potestativo e que não é razoável que desacordos patrimoniais impeçam escolhas existenciais. Destacou que a medida utiliza o julgamento antecipado parcial de mérito para conferir efetividade a um direito já consolidado pela Constituição, além de enfrentar a utilização da demora processual como estratégia de desgaste emocional.

**Julio Arcoverde (PP - PI)** - O Deputado expressou sua indignação em relação à grave situação da empresa AEGEA no Piauí, que é responsável pela distribuição de água em Teresina e pela administração do saneamento estadual. Mencionou investigações sobre pagamentos de propinas para obtenção de concessões de saneamento básico, destacando a necessidade de transparência nos contratos firmados. Além disso, afirmou que a falta de água em diversas regiões do Estado é alarmante e que a população exige eficiência e respeito. Informou que levará o caso à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e considerará a realização de uma audiência pública para discutir a questão. Por fim, reafirmou o compromisso de defender o direito à água como essencial à vida.

## ENCERRAMENTO